

DO MAR À AJUDA

História silenciosa de uma órfã de Lisboa

■ Gilson Santos

Introdução

Entre o rumor do Tejo e o eco das colinas de Lisboa, o fim do século XVIII português ainda respirava sob o compasso lento da monarquia de D. Maria I — uma cidade onde o esplendor da Corte convivía com a fragilidade dos que viviam à sombra da Caridade.

Foi nesse cenário que se desenhou a vida de uma jovem mulher, nascida entre as ilhas do Atlântico e o coração da capital, órfã cedo, tutelada pela *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, e mais tarde esposa de um criado de Sua Majestade.

A sua trajetória simples e modesta, conquanto significativa, contribui para restituir-nos o mundo feminino oculto que sustentava a Lisboa régia — o das *doações*, mulheres pobres e honestas, cuja dignidade se garantia entre os claustros da Caridade e o olhar distante do poder.

Sob a colina da *Ajuda*, onde o novo palácio real se erguia lentamente das cinzas do terremoto, e nas ruas que desciam para Belém, com os sinos da Boa-Hora marcando o tempo, Bárbara viveu o quotidiano silencioso de tantas outras mulheres do seu tempo: entre o dever e a devoção, entre a pobreza e o amparo, entre a fé católico-romana e o destino.

A sua história — reconstruída a partir de manuscritos, certidões e proclamas — é a de uma vida feminina sob tutela da Caridade e sob a sombra da Corte régia, testemunho íntimo do que significava ser mulher, órfã e lisboeta na Lisboa de D. Maria I.



Vista de Ponta Delgada e sua baía

Gravura panorâmica em estilo português de meados do século XVIII, inspirada no “Atlante Português”.

Representação idealizada da cidade açoriana, com o porto e a Igreja Matriz de São Sebastião ao fundo.

Origens e infância

Nascida a 4 de dezembro de 1772 na freguesia de São José, cidade de Ponta Delgada, ilha de São Miguel, nos Açores, *Bárbara Clara da Conceição* foi batizada aos quatorze dias do mesmo mês pelo cura José Joaquim de França, na Igreja Patriarcal de São José, então pertencente à diocese de Angra do Heroísmo.

Filha legítima de Simão Machado, natural da freguesia matriz da ilha do Faial (Nossa Senhora das Angústias, cidade da Horta), e de Maria Ignácia, natural da freguesia de São Pedro de Dois Portos, concelho de Torres Vedras, Bárbara representa, desde o nascimento, a confluência de duas margens do mundo português — o arquipélago atlântico e o continente.

O casal Machado-Ignácia fixou-se em Ponta Delgada, mas durante a infância de Bárbara transferiu-se para Lisboa, fixando residência na freguesia da Encarnação, no Bairro Alto. O motivo não é indicado, mas os depoimentos mencionam “companhia dos pais”, o que sugere migração familiar (talvez para trabalho ou serviço marítimo).

Ali, uma *certidão de desobriga* de 1781 atesta que Bárbara, “ainda menor”, se confessou e comungou na paróquia da Encarnação, “assistindo na Rua das Salgadeiras em casa de seu pai Simão Machado”. Testemunhos indicam que ela também residiu na “Rua da Barroca”, nas mesmas proximidades no Bairro Alto, o que parece indicar uma residência posterior no contexto da morte dos pais, ainda na zona central nas imediações do Baixo Chiado.

A tutela da Misericórdia

Órfã na juventude, Bárbara passou à proteção da *Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, instituição que, no final do século XVIII, era o principal braço de caridade e controle social do reino. Com sede no Chiado, a Santa Casa tutelava mulheres pobres, enjeitadas ou órfãs, chamadas “doações”. A elas concedia abrigo, instrução e, quando possível, matrimônio legítimo — condição essencial para a reintegração moral e social.

Após o terremoto, a Santa Casa transferiu-se para edifícios provisórios no Chiado e depois fixou parte das suas atividades junto à Igreja da Misericórdia, na Rua da Misericórdia, próxima ao Largo do Chiado.

Sob a autoridade do *Patriarca de Lisboa* e com intensa ligação à Corte régia, a instituição exercia funções múltiplas: hospital, orfanato, casa de recolhimento e tribunal de moralidade.

A Igreja da Misericórdia servia como local de celebração de casamentos sob jurisdição patriarcal, particularmente quando um ou ambos os nubentes eram tutelados pela instituição.

Foi nesse ambiente que Bárbara consolidou o nome que a acompanharia por toda a documentação: *Bárbara Clara da Conceição*, nome devocional típico das protegidas da Misericórdia.

A petição de dispensa dos “banhos da naturalidade”

Em meados de 1797, prestes a casar, Bárbara apresentou-se à *Câmara Patriarcal de Lisboa* pedindo dispensa dos chamados *banhos da naturalidade* — os proclamas matrimoniais que deveriam ser publicados também na sua terra natal, nos Açores.¹ Para isso, seria necessário enviar certidões, pagar selos e custas e aguardar retorno, um processo demorado e caro. A legislação eclesiástica previa que, se um dos nubentes viesse de outra diocese ou não pudesse arcar com as despesas de enviar e publicar os banhos na terra natal, poderia pedir dispensa da naturalidade.

Declarando “grande pobreza” e a impossibilidade de obter certidões de Ponta Delgada, Bárbara Clara requereu que o matrimônio fosse celebrado apenas em Lisboa: “se digne por esmola dispensar-lhe”, tendo em vista a “impossibilidade de mandar vir certidão de banhos”.²

A dispensa foi julgada pelo Dr. António Francisco do Couto, ministro da Relação e Cúria Patriarcal. Foram ouvidas as testemunhas (1) Luíza Teresa, mulher de José dos Santos, carpinteiro da Ribeira das Naus, de cinquenta e cinco anos, moradora na Rua da Barroca, freguesia de Nossa Senhora da Encarnação, e (2) Anna Roza, mulher de José Francisco, das Reais Cavalarias, moradora na Rua das Freiras, freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, de vinte anos de idade. As testemunhas confirmaram que Bárbara era solteira, de boa conduta e “doada da Santa Casa da Misericórdia”. O Dr. Couto deferiu o pedido em 4 de agosto de 1797; Bárbara Clara foi reconhecida canonicamente como livre para casar.



**Igreja da Misericórdia
e Largo do Chiado, Lisboa**

Gravura imaginada em estilo português
de fins do século XVIII,
representando o espaço urbano.

“Julgo justificado ser a contraente solteira, livre e desimpedida em sua pátria, donde veio para esta cidade em idade menor, sem outra residência; portanto, vistos os autos e em fé da prova de seu baptismo, mando que se lhe passe Alvará.”

Casamento e integração social

No dia 14 de agosto de 1797, Bárbara casou-se com António Gomes, criado de Sua Majestade, filho legítimo de Gaspar Gomes e Maria Joaquina, moradores na freguesia da Ajuda.

A cerimônia foi celebrada na *Igreja da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*, sob comissão do mesmo Dr. Couto e oficiada por Manuel Plácido Bernardino de Carvalho, tesoureiro da instituição.

¹ Fundo da Câmara Eclesiástica de Lisboa, Sumários Matrimoniais, 1797, M^o 1158, n^o 41. Arquivo Nacional de Torre do Tombo, 20 de outubro de 2021.

² Os “banhos” significam os proclamas matrimoniais — ou seja, o anúncio público da intenção de casamento, que devia ser lido em três domingos consecutivos na freguesia de naturalidade e na freguesia de residência de cada nubente. A finalidade era garantir que não houvesse impedimentos canônicos (parentesco, votos, casamentos anteriores).

Bárbara Clara, “doada da Misericórdia”, era uma mulher sob proteção eclesiástica direta da instituição, e seu casamento foi celebrado na própria igreja da Santa Casa, sob comissão patriarcal, como era exigido para os tutelados.

As testemunhas do casamento foram Gaspar Gomes, pai do nubente e “guarda de navios”, e José Francisco, “criado de Sua Majestade”, ambos residentes em Belém. Gaspar Gomes, o pai do nubente, nascera em Alpiarça, no Ribatejo, e fora soldado de Regimento do *Conde de Lippe* (1762-1768). Tendo se casado na Igreja de Nossa Senhora da Pena, estabelecera a sua família na Junqueira em Belém.

O assento matrimonial de Bárbara Clara e António Gomes foi trasladado à *Igreja da Boa-Hora*, freguesia da Ajuda, em 24 de agosto de 1797, fixando oficialmente a nova residência conjugal do casal.

Bárbara tinha então vinte e quatro anos e oito meses — idade declarada por aproximação como “vinte e cinco anos” nos autos da dispensa.



Real Barracão e Colina da Ajuda

Gravura imaginada em estilo português de fins do século XVIII.
Representação simbolista da residência régia
e do entorno cortesão.

Lisboa e a Corte em 1797: o mundo de “Sua Majestade”

À época, D. Maria I era a soberana reinante, embora o governo efetivo estivesse nas mãos do Príncipe Regente D. João, futuro D. João VI.

Desde o terremoto de 1755, a Corte residia na Ajuda, primeiro no *Real Barracão* e, após o incêndio de 1794, em pavilhões provisórios enquanto se iniciavam, em 1795, as obras do novo *Palácio Nacional da Ajuda*.

A freguesia da Ajuda, compreendendo Belém e a Junqueira, tornara-se o coração da monarquia portuguesa: ali viviam ministros, guardas, oficiais e centenas de criados de Sua Majestade, empregados da Casa Real.

A freguesia da Ajuda abrangia não apenas o alto da colina da Ajuda (onde hoje está o Palácio Nacional), mas também a zona baixa de Belém, incluindo a Rua da Junqueira, o Restelo e parte das margens do Tejo. A freguesia de Santa Maria de Belém, como paróquia independente, só foi criada oficialmente em 1780-1781, mas sua delimitação ainda era incipiente e a área de jurisdição religiosa da Ajuda continuou a englobar boa parte de Belém até o início do século XIX.

António Gomes, identificado com esse título, fazia parte dessa rede de servidores régios, provavelmente ligado aos serviços domésticos ou administrativos da Casa da Rainha ou do Príncipe Regente. A fixação de Bárbara em Belém, na freguesia da Ajuda, dera-se quando ainda solteira, por volta de 1792. Crê-se que este deslocamento proporcionou a ocasião de conhecer o futuro esposo. Em 1797, Bárbara, que até então vivera sob tutela da caridade, integrava-se, por casamento, ao cenário onde se localizava a Corte.

Vida conjugal e topografia da Ajuda

Após o casamento, o casal António Gomes e Bárbara Clara da Conceição fixou residência na *Rua da Visitação*, hoje Rua Alexandre de Sá Pinto, em Belém.

A rua, de traçado perpendicular à Rua da Junqueira, recebeu o nome do *Convento de Nossa Senhora da Visitação*, fundado em 1784 pelas *Religiosas da Visitação de Santa Maria*, recolhimento feminino sob proteção régia. Era uma via tranquila, ocupada por casas de criados, pequenos oficiais régios e pensionistas da Misericórdia — uma vizinhança modesta, mas estável e piedosa.

A poucas centenas de metros, erguia-se o Convento e Igreja da Boa-Hora, pertencentes aos *Eremitas de Santo Agostinho Descalços*. Reconstruída após o terremoto, a *Igreja de Nossa Senhora da Boa-Hora à Ajuda* era então o principal templo paroquial da encosta, atendendo a população de Belém e aos servidores do Palácio. Foi ali que o casal batizou os filhos nascidos na Rua da Visitação, integrando-se à vida espiritual da comunidade régia.

Entre o rio e o palácio, viviam sob a sombra da monarquia e a proteção da Igreja: António, servindo “Sua Majestade”, e Bárbara, pelo que se depreende dos documentos, dedicada à família e à devoção.



Igreja de Nossa Senhora da Boa-Hora à Ajuda

Gravura imaginada em estilo português de fins do século XVIII. Retratação simbolista.

Duas tutelas convergentes: Coroa e Caridade

O destino de Bárbara Clara da Conceição resume a união simbólica entre duas colunas do *Antigo Regime* português:

- **A Coroa**, que sustentava o poder e o emprego,
- **e a Caridade**, que amparava e moralizava a pobreza.

Da tutela da Misericórdia à casa própria em Belém, o seu percurso revela o modo como mulheres de condição modesta podiam ascender à estabilidade por meio do matrimônio legitimado, numa sociedade em que fé católico-romana, moral e hierarquia formavam o tecido da vida urbana.

Síntese cronológica

Ano	Evento	Local
1772	Nascimento e batismo	Freg. de São José, Ponta Delgada
1770s	Mudança para Lisboa	Freg. da Encarnação
1781	Desobriga (confissão e comunhão)	Igreja da Encarnação
1792	Fixação em Belém / Ajuda	Freg. de N. Sra. da Ajuda
1797 (ago)	Dispensa dos banhos	Câmara Patriarcal de Lisboa
1797 (14 ago)	Casamento com António Gomes	Santa Casa da Misericórdia
1797 (24 ago)	Registro paroquial das núpcias	Igreja da Boa-Hora, Ajuda
Pós-1797	Nascimento dos filhos	Rua da Visitação, Belém (batizados na Boa-Hora)

Epílogo

Entre os corredores da Misericórdia e as ruas de Belém, Bárbara Clara da Conceição teve uma vida discreta, mas com marcas características do seu tempo.

Entre o mar dos Açores e o alto da Ajuda, o seu percurso reflete a Lisboa pós-pombalina, em transição entre o absolutismo ilustrado e o século XIX, onde caridade e poder real ainda se entrelaçavam na mesma teia social e espiritual.

No Portugal de D. Maria I e do Príncipe Regente D. João, a sua história é a de milhares de mulheres que, pela via da fé e da caridade, encontraram na estrutura rígida da monarquia portuguesa um caminho para a legitimidade, a família e a dignidade.

A casa na *Rua da Visitação*, ao pé do convento e sob o som dos sinos da Boa-Hora, foi o espaço onde a sua descendência começou a traçar novas rotas — de Lisboa ao Brasil — prolongando, através dos séculos, o fio vital da sua memória.



▪ Gilson Santos integra um *Projeto de Genealogia e História Familiar* do qual fazem parte também outros da família: <https://wp.me/P2IoMO-3UY>

Para contatos: <https://institutopoimenica.com/contato/>

Primeira edição *online* foi publicada em 5/11/2025.